

sado. Os valores que estão sendo discutidos ali, identificados pelo Tribunal de Contas num relatório que foi compartilhado - eu tive a oportunidade de lê-lo, assim, é um relatório muito bem fundamentado, que está nos autos da investigação hoje no Judiciário -, mas tem que ter uma linha de corte. A gente precisa de solucionar a questão do alagamento, a retomada dessa obra, por menor que ela possa ser, porque nós temos confiança de que ela vai servir como hub para que essa estação mesmo sirva de hub para outros lugares da cidade, melhorando o transporte na nossa cidade. É isso que é importante. O traçado dele, que o Rene nos trouxe agora, é um traçado que existe desde lá de trás. O Tribunal de Contas já verificou todo o imbróglio que surgiu, jurídico, nos desvios que foram... Mas a gente tem que olhar para a frente.

Então, talvez a administração atual, o governador atual, a Rio Trilhos possam verificar que é importante. É viável, inviável economicamente? O que importa é a relevância dele para o futuro.

Agradeço mais uma vez aqui a oportunidade. Não vou me estender. Aqui está a nossa Vice-Presidente, e essa é a nossa técnica maravilhosa que pode fazer mais colocações.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Balthazar) - Ela tem ali o microfone. Vou passar a palavra. A gente aqui se habitua, sabe, Alexandre? Eu também estou aprendendo.

Sra. Luiza, Gostaria de ouvir para poder constar aqui o seu depoimento, as suas observações, as suas considerações nessa audiência pública tão importante.

A SRA. LUIZA MARIA CARNEIRO - Bom-dia, ainda, a todos. Desculpe o atraso.

Eu acho que eu ratifico tudo o que o Rene falou - e o Alexandre - em relação aos riscos, em relação ao uso desse dinheiro público. Cada vez que mais se prolonga essa situação é mais recurso que está sendo dispendido, então, a solução técnica vai ficando mais complicada. A manutenção desses equipamentos, do tatuzão, de tudo isso, algum dia vai ter que ser acertado, então, hoje, temos um dispêndio imenso nessa estação. Isso tem que ser levado em conta. A estação tem que ser terminada por problema de que já temos os nossos recursos lá aplicados, vamos ter mais recursos, se demorar, eles vão se aviltando.

Nós temos um risco constatado por técnicos da PUC e de outras que leva a população - vamos dizer -, sem um conhecimento mais técnico, a ficar numa situação com muita gente em pânico do que vai acontecer. Nós recebemos informação de moradores perguntando: gente, eu me mudo daqui de perto da PUC? A situação é bastante crítica em relação a isso.

Então, eu acho que as autoridades que estão gerindo isso daí têm que achar uma saída. A população não pode ficar à mercê do imbróglio que foi feito. Eu chamo isso de um imbróglio. Um imbróglio técnico, jurídico, processual. Existe um imbróglio, mas não somos nós que vamos desfazer esse nó. Nós estamos aqui para pedir ajuda, para pedir que dê uma atenção especial, que o Estado tenha uma atenção especial a essa situação.

E outro ponto que o Alexandre falou, que eu acho que é muito importante, é que a Estação da Gávea não tem um valor somente para o morador da Gávea, somente para aquele eixo que está no entorno. Além de ter uma importância para essa ligação, ela tem uma importância para dar uma continuidade para a Linha 2, uma continuidade para que esse metrô chegue à Uruguaiana, a outras estações, que hoje a gente deixe de ter uma linha reta de metrô e que tenha, como existe no mundo inteiro, algo que circunda todos os bairros e vai facilitando o traslado das pessoas.

Então, é uma situação que traz muita ansiedade, de a gente não ter nas mãos a situação. Nós estamos aqui exatamente, é mais um movimento para pedir que olhem com carinho para essa situação. E que resolvam a situação da Estação da Linha 4.

Obrigada, Adriana. (Palmas)

O SR. RENE HASENCLEVER - Quería, Adriana, fazer uma colocação, que a Luiza colocou muito bem, nós não queremos que a Estação Gávea vire a Estação São João, que está lá abandonada há 20 anos. É o que vai acontecer, é o que eles estão querendo fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Balthazar) - Carioca também.

O SR. RENE HASENCLEVER - Carioca também, bem lembrado.

Então, gente, pelo amor de Deus, metrô de rede é de alta urgência.

Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE MAGALHÃES - Sra. Presidente, a senhora é Presidente também da Comissão de Turismo, e nós entendemos que metrô é para fomentar o turismo, serve para transporte, para trazer os nossos turistas. Isso é tão importante para todos nós.

A sua Comissão trata tão bem desse tema, e nós contamos com a Assembleia Legislativa para que haja essa pressão junto ao Governo, junto aos futuros Governos, às administrações, para que todos possam dialogar e a encontrar uma solução, porque precisamos da vontade política por esse cuidado, está bom?

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Balthazar) - Alexandre, Dr. Alexandre, porque a gente já se conhece. Com certeza, a gente está falando de um metrô do lado de uma das melhores universidades do nosso Estado - eu sou filha da PUC -, de uma região também extremamente turística que é a Gávea: linda, turística e, como os senhores já falaram anteriormente, também ligaria outras regiões. Quer dizer, não é só uma questão do bairro em si.

O que eu mais tenho visto, Alexandre e todos os presentes, nesse meu curto período de mandato de um ano e meio, é que tudo depende realmente de uma vontade política, de vários setores, no caso aqui.

Antes de finalizar, a gente ainda tem aqui discussão, eu queria pedir para as pessoas que desejarem falar - eu já tenho um inscrito aqui -, que passassem aqui para os meus assessores.

Eu vou passar a palavra agora para o Tribunal de Contas e depois volto a vocês presentes aqui, está bom?

Quem do Tribunal de Contas gostaria de falar primeiro?

André da Silva Novaes.

O SR. ANDRÉ DA SILVA NOVAES - Primeiramente, cumprimento a Deputada Adriana, os demais membros da Mesa e todos os presentes. Nós fomos convidados - na verdade, o Tribunal de Contas, na figura do seu Presidente, foi convidado e nós fomos designados a participar. Só para contextualizar, nós somos membros auditores lotados na Coordenadoria de Auditoria de Desestatização, que é a coordenadoria afeta a esse tema do metrô Gávea, por ser uma concessão. A gente recebeu uma pauta prévia da audiência pública, com quatro pontos a serem debatidos hoje aqui. E por isso nossa preparação foi para debater esses pontos específicos e fazer também uma ressalva: o que nós vamos falar são informações de ação pública, que já estão nos autos dos processos de fiscalização que o Tribunal empreendeu sobre essa matéria da estação da Gávea.

Então, vou resumir um pouco aqui atuação do Tribunal sobre esse tema. Em 2017, motivado por uma nota técnica da Rio Trilhos, que está acostada nos autos do processo número 103894017, essa nota técnica apontava riscos às pessoas, bens e à estrutura dos imóveis lindeiros à obra da estação Gávea. Portanto, o TCERJ, em decisão de 7 de agosto de 2019, no âmbito do processo 1033512/2019, determinou o seguinte para o atual Secretário de Estado de Transportes, Setrans: que empreendesse a imediata cessação dos riscos à pessoas e bens e à estrutura de imóveis lindeiros à obra paralisada, bem como a necessária e urgente retomada das obras sem novas interrupções, independentemente da confirmação ou não dos riscos iminentes apontados na nota técnica da Rio Trilhos, até a sua total conclusão, e, ao mesmo tempo, determinou para o corpo técnico do Tribunal, a Secretaria-Geral de Controle Externo, que fosse instaurada auditoria governamental de acompanhamento, a ser processada em atos apartados, com vistas ao controle concomitante das atividades a serem executadas pela Setrans, no que tange à continuidade das obras metroviárias da estação Gávea, no bojo da qual deverão ser acompanhadas pari passu às ações mencionadas em plano de emergência a ser apresentado ao Tribunal.

Dessa forma, a partir de 21 de agosto de 2019, o TCE deu início à auditoria de acompanhamento para este fim, tendo sido ela-

borados, até a presente data, seis relatórios de auditoria, todos eles com posterior decisão plenária proferida, sendo a mais recente em 13 de abril de 2022.

Eu queria disponibilizar à senhora Deputada o último relatório de vitória, o mais recente, e a última sessão plenária posterior, que é de abril. A gente está aqui à disposição para tentar esclarecer alguns pontos sobre esses aspectos. Mais uma vez, a gente tem autorização para falar informações que estão contidas nos autos e o estritamente relacionado a esse tema.

O Tribunal também, em 2017, realizou uma fiscalização na modalidade de auditoria de conformidade no contrato de concessão, sobretudo nas obras da Linha 4. Esse processo foi desmembrado em outros vários. Alguns deles já têm decisão definitiva, outros estão em fase recursal, mas essas informações a gente nem trouxe aqui, as últimas decisões, mas todas elas são públicas. Se os senhores quiserem, a gente pode disponibilizar também o número do processo, mas fizemos uma preparação para falar sobre essa auditoria de acompanhamento que se iniciou em 2019, seguidamente ela foi sendo executada em 2020/2021. E como a última decisão foi proferida este ano, em abril, o Tribunal está no aguardo de resposta dos órgãos jurisdicionados para então fazer o novo plano de auditoria para este ano de 2022.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Balthazar) - É, todos esses documentos a gente vai deixar à disposição da Comissão, dos outros Deputados. E também vamos entregar à AmaGávea, mesmo que vocês já tenham o que ele está me entregando hoje, a gente vai... Eu vou passar a vocês.

Quería registrar aqui a presença do meu queridíssimo amigo Deputado Dionísio Lins.

O representante do TCE gostaria de falar também?

(Fala fora do microfone)

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Balthazar) - Bom, então vou chamar aqui para falar as pessoas inscritas.

Com a palavra Licínio Rogério.

O SR. LICÍNIO ROGÉRIO - Bom-dia a todos. Eu sou Licínio Rogério. Eu sou do Conselho Estadual de Transporte, que não se reúne desde novembro do ano passado. Também sou Diretor de Mobilidade da FAM-RIO, Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro, e da Comissão de Mobilidade Urbana do Crea, além de Coordenador do Fórum de Mobilidade Urbana.

O Alexandre resolveu bem: a gente tem que passar um pano na questão e começar de novo, porque não há decisão jurídica que se tome, hoje, que não seja passível de um recurso.

Então, o recurso do recurso do recurso nossos netos vão discutir aqui na próxima audiência como é que se vai fazer. O que tem que ser feito é parar a coisa. Se tiver que cobrar alguma coisa da Rio Barra - o Governo alega que tem muita coisa para cobrar da Rio Barra. A Rio Barra, inclusive, alega que tem muito a receber do Governo. Uma bagunça total. Tem que ser feita a obra. Agora, infelizmente, dada a condição da obra, só a Rio Barra vai ter coragem de continuar aquela obra, então, tem que ser chamada e fazer um acordo. A gente conseguiu fazer um acordo com a Rio Ônibus e o Ministério Público. Se a gente conseguiu fazer um acordo nesse nível - eu estava presente à reunião -, teve frase sendo discutida durante quinze minutos, uma audiência que começou uma hora da tarde e terminou às dez para as onze da noite.

A gente vai conseguir fazer um acordo: chama todo mundo e bota em volta da mesa cafezinho e água à vontade e tranca a porta. Quando vocês chegarem na solução a gente vê. (Palmas)

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Balthazar) - Sr. Licínio, eu sou extremamente favorável a isso: agir. Exatamente. Concordo plenamente.

Agora, a segunda pessoa que pediu fala é o Carlos Afonso, Presidente da Associação de Moradores da Rua Embaixador Carlos Taylor.

O SR. CARLOS AFONSO RIBEIRO - Bom-dia a todos.

A gente está numa luta muito grande. Acho que o que foi falado aqui foi bastante elucidativo. Nós, em agosto de 2021, pelo Presidente da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, estivemos com o próprio Governador no Palácio Laranjeiras. Está fazendo um ano que ele colocou que não poderia fazer a obra porque tinha um problema de autorização do TCE com relação ao valor. Essa ladainha vem se colocando. Cada um fala a sua versão.

Então, se é problema do TCE, nós fomos ao TCE recentemente, também patrocinado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, a AmaGávea, todo mundo presente; e o TCE - e eu tive acesso aos autos, aos votos dos Conselheiros - falou que não tem problema nenhum de valor.

Então, fica essa questão: eu posso fazer, eu não posso fazer. Não vou me estender aqui muito. É a velha ladainha.

Então, agora a questão serena é a seguinte: está na caneta do Governador. Eu acho que a ideia do Licínio é perfeita: chega, senta, cola(?) e faz, porque não pode continuar essa situação de um período pleno de insegurança para os moradores da Gávea. Eu, inclusive, foco sempre na segurança. É importante a mobilidade urbana, mas hoje a gente tem que ver que tem vidas humanas, e acho que isso é o principal valor de uma sociedade, do contribuinte, que paga imposto e pode morrer porque o Governador não faz aquilo que ele deveria fazer e é sua responsabilidade.

É só isso que eu queria colocar aqui. Quero agradecer à ilustríssima Deputada Adriana pela oportunidade. E quero dizer que agora o Governador tem que ser colocado em cheque e assinar a caneta para fazer; ele não tem mais nenhum impeditivo. Isso já tem um ano, estivemos com ele em agosto do ano passado, ele tem que assinar e fazer dentro do compliance, da governança, do bom uso do dinheiro do contribuinte. Conto muito com o auxílio do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro para obrigar ele a fazer, porque ele tem que fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Balthazar) - Tem muitos detalhes aí no meio, sim, Carlos. Infelizmente, não sou base do Governo, mas não depende só dele não.

Tenho a honra de chamar a ex-Vereadora, uma pessoa que admiro muito, Andreia Gouveia Vieira.

A SRA. ANDREIA GOUVEIA VIEIRA - Eu e o Deputado Dionísio Lins fomos colegas alguns anos na Câmara de Vereadores. Obrigada, Adriana e todos os presentes. É muito bom estar de novo aqui falando no Parlamento.

Concordo plenamente com o Licínio: marco para trás tem que ser resolvido e tem que resolver agora, porque, se cai aquilo, vamos chorar diferente.

Eu queria não deixar de registrar lições que a gente tem que aprender com as coisas que foram feitas erradas no passado. A decisão de mudar o traçado do metrô da Linha 4, que está provocando todos esses problemas, veio em um momento que essa cidade e esse estado estavam vivendo uma euforia de Olimpíadas e de Copa do Mundo. E que se abrisse a boca para fazer uma reclamação sobre decisões que os Governos estavam tomando, a gente era taxada de patriota, de ser contra tudo o que acontecia na cidade, que aquilo era o futuro, que aquela linha tinha sido pedida pelo Comitê Olímpico. A linha não foi pedida pelo Comitê Olímpico, nós estivemos lá no comitê; foi uma decisão de governo para ganhar dinheiro, dinheiro da corrupção, dinheiro para beneficiar as empreiteiras da época. E todos assistindo, inclusive a mídia, que deu muito pouca cobertura para os protestos da população, porque era a sociedade civil que estava se mobilizando contra o absurdo da mudança da Linha 4 do metrô, do trajeto. A gente tem que deixar registrado isso, porque a gente é muito passivo; nós estamos aqui como se nada tivesse acontecido nos anos anteriores, como se a gente não tivesse esperneado lá atrás para que essa situação hoje a gente não estivesse passando.

Era só isso que eu queria dizer. Hoje, sou de novo sociedade civil, estou aqui, continuo participando dos nossos movimentos e pedindo aos representantes, Deputado Dionísio Lins, Deputada Adriana, que carreguem. Não tem aqui a Rio Trilhos, um absurdo, uma falta de respeito essa ausência; não tem ninguém aqui do Executivo.

Quero agradecer aos técnicos do TCE, porque, no meu mandato de Vereadora eu fiz, graças aos TCE, que me deram todas as informações e todo apoio técnico para exercer meu mandato. Eu sei

da importância dos técnicos dos Tribunais de Contas. Nenhuma importância aos Conselheiros, acho um horror indicação política de Conselheiro; é por isso que o trabalho dos técnicos não resulta em benefício maior para a sociedade, porque as indicações políticas são um desastre.

Muito obrigada. Desculpem estar reclamando, mas eu vim para reclamar. (Palmas)

O SR. RENE HASENCLEVER - Eu estou muito feliz de ver a Andreia aqui hoje, acompanhei os oito anos dela na Câmara dos Vereadores onde ela peitava o Cesar Maia, peitava o Paes, cadê o dinheiro da creche, já era uma roubalheira enorme. Muito bom vê-la aqui.

Eu também queria registrar o seguinte, a sociedade brasileira ela precisa entender um pouco o que é o associativismo. Nós temos 20 mil moradores na Gávea. Quem está aqui no plenário dos moradores? Ninguém se coça. Aí, encontra o Rene na rua e pergunta: o metrô? Eu falei: você foi na manifestação? Ah, não fui. Os garçons do Baixo Gávea que vêm lá de Japeri trabalhar no nosso bairro querem o metrô, eles não têm dinheiro mais para a condução.

Então, isso tem que também ficar registrado para o Governador entender, todos os entes públicos têm que entender isso. A população brasileira é pobre, está passando fome. Não tem dinheiro para o transporte, nem tem transporte porque os ônibus acabaram. O Paes comprou agora, vão chegar ano que vem.

Então, a gente precisa correr com isso o mais rápido possível.

Desculpe eu ter... Muito bom ver você aqui. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Balthazar) - Eu já sabia que eu ia gostar da fala da nossa eterna maravilhosa Vereadora Andreia Gouveia Vieira porque eu vim de mobilização, então, eu sei bem o que é fazer uma manifestação e ela não ser reportada para os cidadãos como deveria, até para chamar mais cidadãos e eles hoje estarem aqui. Eu sei muito bem o que é essa escolha seletiva de que manifestação vai ser mostrada e não mostrada. E muitas delas eram referentes ao combate à corrupção.

Quero registrar aos nossos representantes do TCE aqui que eu tenho uma relação maravilhosa de admiração com o Presidente Rodrigo e que o TCE nunca esteve com um corpo tão brilhante de técnicos. E é por isso que o trabalho tem sido muito bem-feito.

Eu fiz um único curso aqui na Casa, o primeiro curso aqui na Casa, de fiscalização do poder público. E contei muito com a parceria do TCE, inclusive do próprio Presidente, que veio abrir o curso com os seus representantes. E esse curso de fiscalização se transformou numa pós-graduação de fiscalização pública, a primeira da Casa, que eu tenho muita honra de anunciar aqui para vocês.

Eu passo a palavra então para o Deputado Dionísio Lins, relator dessa Comissão e que entende muito desse tema de transportes.

Por favor, Deputado.

O SR. DIONÍSIO LINS - Eu quero cumprimentar a todas e a todos, cumprimentar a minha querida Presidente Adriana Balthazar, cumprimentar em particular a nossa querida e sempre Vereadora Andreia Gouveia Vieira, tive o prazer de acompanhá-la no Parlamento e é uma política do bem, quer dizer, é uma Vereadora do bem, que fez acontecer defendendo os interesses da população. Quero cumprimentar a todos que estão na Mesa, representantes do TCE.

O nosso tema é importantíssimo e eu venho neste momento porque não pude estar presente acompanhando de perto os atos da minha Presidente Deputada, que, em resumo, estará efetivamente apresentando ao Governo as condições que precisam, ou seja, o Governo precisa intervir, o Governo precisa saber a que veio.

Eu acho, Deputada Adriana Balthazar, mesmo sendo da bancada do Governo, nunca deixo de levar para o Governo aquilo que a gente precisa efetivamente que aconteça. Nós não podemos aceitar que hoje no chamamento não tenha um representante do segmento que está na pauta, da Secretaria de Estado de Transportes. Isso é um absurdo!

Veja, acho que a senhora tem que reiterar e, aí, nós vamos tomar as providências. Porque é inadmissível que não venha um representante e venha só o TCE; e não tenhamos aqui da parte do Governo o tema, que é com a Rio Trilhos e a Rio Trilhos não aparecer. Transporte, por exemplo, tem que estar sempre em toda e qualquer audiência.

Eu vou levar efetivamente ao conhecimento da Casa Civil para que notifique esses atores a respeitarem uma Comissão tão bem dirigida neste momento e em defesa da população.

Presidente, eu devo encerrar dizendo da minha alegria em participar desta Comissão. E dizer que estarei atento para, em conjunto com a Comissão e com a senhora, no relato final cobrar das autoridades a definição. Porque nós precisamos sair do tema político e ir para a prática, não é? A Comissão, quando o Presidente André Ceciliano decidiu implantar, a pedido da nobre Deputada Adriana Balthazar, foi para valer. Não é Comissão para constar apenas no DO, é uma Comissão para cobrar e depois apresentar para os envolvidos a solução.

De modo que a senhora conte comigo porque, como relator, estarei de pé e à ordem para levar efetivamente, na relatoria final, tudo aquilo que a gente precisa dizer de verdadeiro, sem química e sem nenhum apadrinhamento político.

Que Deus nos abençoe. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Balthazar) - Deputado Dionísio Lins, V. Exa. concorda que eu encaminhe a ata desta audiência para os órgãos competentes?

O SR. DIONÍSIO LINS - Naturalmente. Meu voto é "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Balthazar) - Alexandre, você quer fazer o...?

O SR. ALEXANDRE MAGALHÃES - Sra. Deputada, eu acho premente encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça, ao Dr. Luciano Oliveira Matos de Souza, a informação sobre o que está acontecendo, porque ele é o chefe do Ministério Público, do 4º Promotor, que está responsável por essas questões envolvidas.

Então, ele ter conhecimento sobre isso é importante.

Eu poderia fazer um adendo?

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Balthazar) - Claro! Por favor. O SR. ALEXANDRE MAGALHÃES - De tudo que nós estamos falando, o que nós vemos, através da resposta da concessionária, e é uma concessionária que tem as suas empresas ali, que a gente tem conhecimento, todas elas, após os atos de corrupção que aconteceram, implementaram políticas de compliance, para a sua reputação estar melhor, os seus valores de mercado estarem melhores. Só que essa situação toda que estamos vivenciando, que é identificado pelo Tribunal de Contas, com as repercussões no Judiciário, afeta diretamente a sua responsabilidade social, suas políticas socioambientais hoje. Enquanto empresas, estão afetadas. Os auditores que auditam essas empresas todas têm que estar atentos a essas coisas porque isso vai repercutir necessariamente nas certificações de compliance, em tudo isso.

Então, de toda essa fala nossa, a repercussão sobre essas empresas, também é importante eles terem conhecimento do ponto de vista técnico. Porque é uma questão dos órgãos de controle, é uma questão política, é uma questão judicial. Mas, mais do que isso, também é uma questão de afetar as marcas, afetar o nome deles. Porque isso toca no bolso de todos os acionistas dessas empresas.

Só queria fazer essa ponderação.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Balthazar) - Mais alguém, além da PGE?

O SR. ALEXANDRE MAGALHÃES - Acho que ao Procurador-Geral de Justiça. Acho que é ratificar, V. Exa. já sabe, com relação ao pessoal da Rio Trilhos. Acho que o próprio Governo do Estado, o Secretário de Transportes, acho que o Deputado já mencionou como uma entidade importante.

Por enquanto, eu acho que é só isso mesmo, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Adriana Balthazar) - Bom, então, antes de encerrar, eu gostaria de deixar claro que tudo que me é colocado em mãos eu me sinto muito responsável pelas tarefas que me dão.

Então, de tudo que foi falado aqui, o que mais me marcou foi essa reunião fechada com os membros, com as pessoas envolvidas, pessoas que podem de fato dar um encaminhamento a todas essas questões aqui. E se eu posso dizer o que eu posso fazer, acho que de mais útil, é promover essa reunião. Porque a solução não depende de nós, não é, Deputado? Infelizmente. Mas buscar esses entes, sentarem-se a portas fechadas, como eu acho que foi o Carlos que falou aqui, que houve já essa reunião, no outro setor muito complicado, há de a gente conseguir aqui nessa questão também.

Então, é a isso que eu estou me propondo agora, como presidente dessa comissão, mas, acima de tudo, como parlamentar, que é essa a nossa função também, não é, Deputado?

Nada mais havendo a tratar, gostaria de agradecer a presença de todos e dar por encerrada essa Sessão. Muito obrigada.